

Seplan garante que mensalidade das escolas vai ser reduzida

Durante mais de 20 dias, o secretário-geral-adjunto da Secretaria do Planejamento, Edson Nunes, 38 anos, carioca e doutor em ciência política pela Universidade de Berkeley (EUA), estudou com sua equipe de técnicos uma questão que mexe com o bolso de parte dos brasileiros: como adaptar o pagamento das mensalidades escolares à reforma monetária. A conclusão foi de que a fórmula de cálculo do preço médio real dos últimos seis meses (semelhante à dos salários) era a única capaz de satisfazer a todas as partes envolvidas no problema, a médio prazo: país, colégios, professores e estudantes.

— A curto prazo ganham os países — garantiu Nunes, certo de que a conversão das mensalidades em cruzados via preço médio não implicará aumento dos seus valores.

Ao avaliar a tabela publicada ontem pelo JORNAL DO BRASIL — que revelava, em vez de queda, alguns aumentos de preços, mesmo depois da aplicação do novo regulamento —, ele considerou que algumas mensalidades levantadas tinham descontos embutidos, já que nenhum colégio médio e primário deixou de cobrar o reajuste de 69,28% autorizado pelo Conselho Estadual de Educação (CEE). Em relação aos Colégio Andrews (que aparece na tabela com um aumento de 3,2%) constatou-se que os valores obtidos tinham sofrido um desconto de 5%, em janeiro e fevereiro — assim, a base inicial de cálculo foi excepcionalmente menor. Corrigidos e efetuada a fórmula de cálculo da sua conversão em cruzados, o resultado indicou uma redução da mensalidade do Andrews de 1,8%. Com isso, os alunos da 5^a à 8^a série daquele estabelecimento — que pagavam Cr\$ 581 mil 430 até fevereiro — pagarão Cr\$ 570,95, no resto do ano.

Decreto

De acordo com o decreto a ser baixado amanhã, instituindo oficialmente a nova fórmula de conversão para todas as escolas do país, os teto máximos de reajustes se situarão entre 73,14% e 66,13%. No primeiro percentual, enquadrar-se-ão os colégios e universidades que elevaram suas mensalidades em 89,35%, a partir de janeiro. No segundo, as demais, cujos aumentos não ultrapassaram 69,28%.

— Com base nesses percentuais nenhuma mensalidade terá seu valor



aumentado. Nossos índices estão bem próximos do defendido pela UNE (69%), disse Nunes.

Conforme relatou, durante o período de discussão do decreto, sua equipe fez várias reuniões com proprietários de escolas e universidades, mantenedoras, sindicatos de professores e até com a União Nacional dos Estudantes (UNE), cuja diretoria foi qualificada pelo secretário-geral-adjunto da Seplan como muito preparada e com sólido conhecimento da situação do ensino no Brasil. Na ocasião, algumas propostas foram apresentadas pelas partes. Os proprietários dos colégios sugeriram, por exemplo, a adoção de percentuais de reajustes das mensalidades iguais ao do aumento dos professores por ocasião dos dissídios da cate-

goria. Isso levaria a uma variação entre 63% e 79%.

— Consideramos tal sugestão desvinculada do plano de inflação zero, pois ela levaria a uma indexação do aumento dos salários dos professores ao aumento das mensalidades. Além disso, passava a impressão de que o custo dessa mão-de-obra na planilha de despesas das escolas e universidades atinge 100%, quando na verdade tal não ocorre. Levantamento feito nas universidades do país indica que esse item ocupa, em média, 60% dos custos totais desses estabelecimentos — observou.

Ao avaliar o decreto das escolas, Edson Nunes não tem dúvidas de que a escolha do preço médio real para conversão das mensalidades em cruzados foi a melhor, porque levará a um ajustamento desses valores em relação aos gastos gerais das escolas, no decorrer dos próximos meses.

— Ninguém vai sair perdendo, pois os proprietários terão também seus custos operacionais bem reduzidos em função do congelamento dos preços — arrematou.

O orçamento das universidades

(receita e despesa médias de 53 escolas particulares de ensino superior, em % do total)

Orçamento	Universidades e Federações	Cursos de Ciências Sociais	Cursos diversos
Receita			
Anuidades e taxas	70	74	72
Recursos públicos	5	12	10
Outros	25	14	18
Total	100	100	100
Despesas			
Pessoal	60	63	70
Bolsas	5	7	3
Outros custeios (+)	20	10	8
Despesa de capital	5	13	9
Outros	10	7	10
Total	100	100	100

(+) custos administrativos incluindo tarifas de serviços públicos.